

# **IMPERATIVO DAS EXPORTAÇÕES E ESPECIALIZAÇÃO AGRÍCOLA DO TERRITÓRIO BRASILEIRO: DAS REGIÕES COMPETITIVAS À NECESSIDADE DE REGIÕES COOPERATIVAS**

*Samuel FREDERICO<sup>1</sup>*

## **Resumo**

O atual período da Globalização se caracteriza pela articulação entre uma política neoliberal hegemônica, uma lógica financeira mundializada e a difusão das novas tecnologias da informação. No caso da formação socioespacial brasileira, a liberalização e a financeirização da economia, a partir da década de 1990, têm resultado em políticas de reforço às exportações, principalmente, de produtos primários. É o imperativo das exportações, que tem promovido, entre outros, o aprofundamento da especialização regional produtiva em produtos agroexportadores. Trata-se da constituição de regiões competitivas agrícolas, caracterizadas pela reunião de fatores produtivos de ordem técnica e normativa que lhes conferem uma inserção proeminente nos mercados internacionais, mas que também as tornam vulneráveis, devido à regulação política externa.

**Palavras-chave:** Região competitiva. Imperativo da exportação. Commodity agrícola. Globalização. Território brasileiro

## **Resumé**

### **Impératif d'exportations et la spécialisation agricole du territoire brésilien: des régions compétitifs au besoin de régions coopératifs**

L'article discute la formation de régions compétitives agricoles sur le territoire brésilien. Le libéralisme et la financiarisation de l'économie, au Brésil, dans les années 1990, a entraîné une augmentation des exportations de produits primaires et un approfondissement de l'especialization régional productive. Les régions compétitives agricoles caractérisées par le réunion des facteurs productifs technique et normative, s'insérant de manière éminente sur le marché international, mais au même temp elles sont vulnérables à la regulation externe.

**Mots-clé:** Région compétitive. Imperative de l'exportation. Commodity agricole. Territoire brésilien.

---

<sup>1</sup> Departamento de Geografia/ UNESP – Rio Claro - Professor Assistente Doutor - Av. 24-A, 1.515, Bela Vista, Rio Claro, SP; 13506-900. E-mail: sfederico@rc.unesp.br

“Embora numa forma mais complexa, o sistema colonial brasileiro continua em essência o mesmo do passado, isto é, uma organização fundada na produção de matérias-primas e gêneros alimentícios demandados nos mercados internacionais” (PRADO JR. 1967, p. 316).

## INTRODUÇÃO

Caio Prado Jr., na década de 1960, no livro “História Econômica do Brasil”, advertia que mesmo com a industrialização brasileira, a necessidade de exportações de produtos primários continuava premente para o pagamento das importações e para a remuneração dos “*trustes* capitalistas” aqui instalados. Desde então, a formação socioespacial brasileira (SANTOS, 1977) conheceu uma rápida industrialização e terciarização, diversificando sua pauta exportadora. O café, que até o início daquela década, era praticamente o único produto negociado no mercado externo, hoje, representa apenas 2% do valor total das exportações. Além de outras matérias-primas, passamos a exportar também produtos manufaturados, como automóveis, autopeças e aviões.

Contudo, a partir da década de 1990, com a inserção efetiva da formação socioespacial brasileira no período da globalização (SANTOS, 2000), estamos retornando ao predomínio das exportações de produtos primários.

O “imperativo das exportações”, decorrente da articulação entre uma política neoliberal hegemônica e o domínio da lógica financeira na esfera pública e privada, tem levado ao aumento das exportações de produtos básicos, com o aprofundamento da especialização regional produtiva do território brasileiro. Evidencia-se uma *commoditização* não só da economia, mas também do território, uma vez que determinadas regiões passam a atrair uma grande quantidade de investimentos públicos e privados e a reunir uma série de infraestruturas e normas que as tornam funcionais à produção de determinado gênero agrícola ou mineral e subordinadas à lógica do mercado globalizado.

Trata-se da constituição de *regiões competitivas* (CASTILLO, 2008a; CASTILLO; FREDERICO, 2010), isto é, de um compartimento do espaço geográfico caracterizado pela reunião de fatores produtivos de ordem técnica e normativa e pela inserção proeminente nos mercados internacionais.

O predomínio de uma política orientada para o aumento da exportação de *commodities* agrícolas e minerais exige o aumento da fluidez e da porosidade territorial (ARROYO, 2001; 2005) e promove uma conseqüente especialização produtiva, que insere regiões dentro de circuitos espaciais produtivos (SANTOS, 1986) que extrapolam o próprio país. A vulnerabilidade social, econômica e territorial é a outra face da competitividade para essas regiões. A especialização em produtos primários e a necessidade de exportá-los a qualquer custo as vinculam de maneira subordinada aos mercados externos, regulados pelos agentes hegemônicos da economia mundial, e as tornam suscetíveis às constantes oscilações de preços e especulações financeiras.

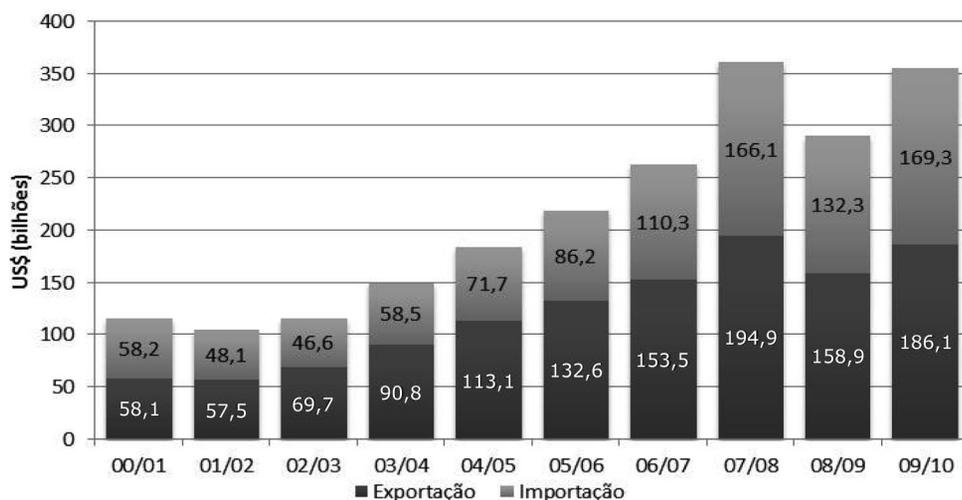
## IMPERATIVO DA EXPORTAÇÃO E A *COMMODITIZAÇÃO* DO TERRITÓRIO

O atual período da Globalização (SANTOS, 2000) se caracteriza pela articulação entre uma política neoliberal hegemônica, uma lógica financeira mundializada e uma onipresença das novas tecnologias da informação, base material para o exercício das políticas anteriores.

Esses emblemas se manifestam de maneira singular em cada formação socioespacial, conformando uma divisão territorial do trabalho e uma especialização regional produtiva particular a cada território nacional. No caso brasileiro, a adoção das políticas neoliberais e a consequente financeirização do capital, a partir da década de 1990, têm resultado em políticas de reforço às exportações, sobretudo, de produtos primários. Presenciamos um imperativo das exportações, presente no discurso e nas políticas do Estado e na lógica das empresas, que tem promovido uma verdadeira *commoditização* da economia e do território.

A lógica das *commodities* não se caracteriza apenas por uma invenção econômico-financeira, entendida como um produto primário ou semi-elaborado, mineral ou agrícola, padronizado mundialmente, cujo preço é cotado nos mercados internacionais, em bolsas de mercadorias. Trata-se também de uma expressão política e geográfica, que resulta na exacerbação de especializações regionais produtivas enfraquecendo e submetendo o produtor local – pelo menos quando se trata de *commodity* agrícola – a uma lógica única ou global e a uma situação sobre a qual não exerce nenhum controle, favorecendo os compradores ou as grandes empresas de comercialização (*tradings*). A lógica das *commodities* opõe agentes atrelados ao lugar ou região aos agentes que atuam em rede na escala mundial, acarretando numa vulnerabilidade social, econômica e territorial.

Dentro da lógica liberal, de orientação “ricardiana”, cada formação socioespacial deve se inserir na divisão internacional do trabalho de maneira a usufruir de suas *vantagens comparativas*, especializando-se somente em produtos que consigam produzir com maior eficiência e competitividade. A exportação desses produtos gera excedentes que permitem importar outros produtos a um preço menor ao que poderia ser produzido internamente. Esse modelo, atrelado à lógica financeira de geração de *superávits* primários, via aumento das exportações, para o pagamento de dívidas, como bem demonstrou Arroyo (2006), tem promovido uma especialização regional produtiva do território brasileiro, baseada em produtos agroexportadores. Uma série de infraestruturas e normas vem sendo criadas para viabilizar a produção e a circulação de *commodities*, conformando verdadeiras regiões competitivas agrícolas (CASTILLO, 2008a; CASTILLO; FREDERICO, 2010), como abordaremos adiante.

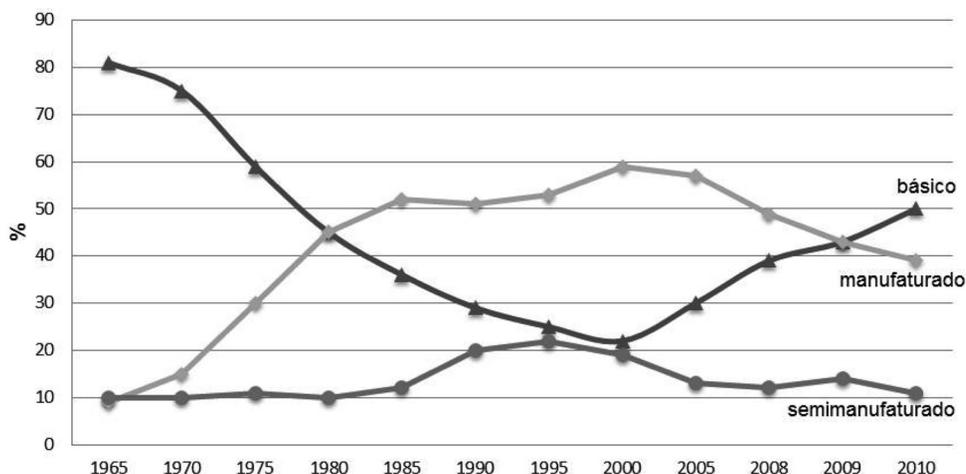


**Gráfico 1 – Balança comercial brasileira, 2000 - 2010**

Fonte: MDIC/Secex, 2011.

Ao analisarmos os dados referentes à balança comercial brasileira, na última década, verifica-se a crescente porosidade territorial (ARROYO, 2005), fruto da maior inserção do país no comércio mundial. Percebe-se o crescimento acentuado tanto das importações, quanto das exportações, relação que oscila ao longo do período, partindo de uma igualdade nos anos de 2000 e 2001, para um aumento mais significativo das exportações nos anos subsequentes.

O aumento das exportações resulta da preocupação por parte do Estado brasileiro da manutenção do saldo positivo da balança comercial para o pagamento de dívidas. Contudo, o crescimento quantitativo das exportações não tem sido acompanhado por uma melhora qualitativa, ao contrário, ao analisarmos a pauta das exportações na última década verificamos que houve um aumento da participação dos produtos básicos em detrimento dos industrializados. Temos nos especializado nas exportações de mercadorias em que somos competitivos, no caso, produtos primários, de baixo valor agregado. Este fato decorre da adoção de uma política deliberada do Estado brasileiro de incentivo à exportação e também de uma conjuntura externa favorável de ampliação da demanda e aumento dos preços das *commodities*. O gráfico a seguir demonstra a reversão do predomínio das exportações de produtos manufaturados, em favor do aumento das exportações de produtos básicos.



**Gráfico 2 – Exportação brasileira por fator agregado, 1965 - 2010**

Fonte: MDIC/Secex, 2011.

A partir do início da década de 2000 há uma tendência de diminuição da participação dos produtos manufaturados e semimanufaturados, para uma concentração na exportação de *commodities* agrícolas e minerais. A alteração da qualidade dos fluxos marca a reversão da maior participação dos produtos industrializados nas exportações brasileiras, levando a uma “reprimarização da pauta exportadora”.

Segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior (MDIC/Secex), os principais produtos exportados, entre janeiro e setembro de 2010, foram minério de ferro, petróleo em bruto e soja em grão. Os três produtos juntos responderam por cerca de 30% do valor total das exportações e mais de 60% entre os produtos básicos. Dentre os produtos considerados semimanufaturados, o açúcar em bruto e a celulose foram os dois principais produtos exportados, apresentando também o maior crescimento percentual na pauta exportadora entre os

anos de 2009 e 2010. Dentre os manufaturados, a liderança permanece com a exportação de automóveis, seguido pela exportação de açúcar refinado, que no último ano ultrapassou o valor das exportações de aviões e autopeças. Se aos produtos básicos, acrescentarmos o percentual das exportações de produtos agropecuários considerados semimanufaturados e manufaturados como açúcar bruto e refinado, celulose e couros e peles, o percentual desses produtos na pauta exportadora é superior a 50%.

Com relação ao agronegócio, entre os anos de 2000 e 2010, houve um aumento significativo do valor das exportações de todos os principais produtos. O complexo soja (grão, farelo e óleo) se consolidou como o de maior participação na pauta exportadora, com 25% do valor das exportações do agronegócio, seguido pelas carnes e pelo complexo sucroalcooleiro, que na primeira década do século XXI, tiveram o maior crescimento percentual no valor das exportações. O aumento foi superior a 500%, perfazendo cada um, em 2010, cerca de 20% do total das exportações do agronegócio (AGROSTAT, 2010). Os cinco principais produtos agroexportadores (complexo soja, carnes, complexo sucroalcooleiro, produtos florestais e café), que no ano de 2000 eram responsáveis por 66% do total das exportações do agronegócio, no ano de 2010 passaram a representar aproximadamente 80%. Além da reprimarização das exportações presenciamos também a sua concentração em poucos produtos, o que torna nossa economia ainda mais dependente e vulnerável.

**Tabela 1 – Exportação do agronegócio por produto, 2000/2010 (mil US\$)**

	<b>2000</b>	<b>%</b>	<b>2010</b>	<b>%</b>	<b>VAR.(%)</b>
<b>Complexo soja</b>	4.192.294	20%	15.832.800	25%	278%
<b>Carnes</b>	1.957.452	10%	11.376.281	18%	481%
<b>Complexo sucroalcooleiro</b>	1.233.896	6%	11.044.282	17%	795%
<b>Produtos florestais</b>	4.419.338	21%	7.620.432	12%	72%
<b>Café</b>	1.784.142	9%	4.438.218	7%	149%
<b>Couro e peleteria</b>	2.155.436	10%	2.189.153	3%	2%
<b>Fumo e seus produtos</b>	841.476	4%	2.518.841	4%	199%
<b>Demais produtos</b>	4.009.687	19%	8.938.343	14%	123%
<b>Total</b>	<b>20.593.721</b>	<b>100%</b>	<b>63.958.350</b>	<b>100%</b>	<b>211%</b>

Fonte: Agrostat, 2011.

A expressão territorial decorrente do crescimento das exportações do agronegócio é o aumento e a especialização das áreas destinadas à produção de produtos agrícolas. Há um movimento de expansão de algumas culturas em determinadas regiões e reconversão produtiva de outras. As culturas temporárias destinadas principalmente à exportação foram as que tiveram o maior crescimento na área e na quantidade produzida, entre 1999 e 2009 (PAM/IBGE), em detrimento de algumas culturas permanentes e de culturas destinadas principalmente ao mercado interno.

A produção de cana-de-açúcar, seguida pela produção de soja, foram as que tiveram o maior crescimento na área e na quantidade produzida, no período analisado. A área

plantada de cana aumentou 77%, com crescimento em todas as macrorregiões, com destaque para o Centro-Oeste e o Norte, onde o aumento foi de 170%. A quantidade produzida dobrou nesses dez anos com grande aumento de produtividade, característica comum a todas as *commodities* agrícolas. Com relação à soja, a área plantada também teve um crescimento significativo de 67%, com destaque para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, onde o crescimento foi acima da média nacional. O Centro-Oeste se consolidou como a principal região produtora da oleaginosa, responsável por metade da produção nacional.

Outras culturas que merecem destaque são o algodão herbáceo e o fumo. A primeira tem se deslocado das tradicionais áreas de produção do Sul e Sudeste, e se expandido nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Esta última se tornou a principal região produtora, com quase 2 milhões de toneladas produzidas, cerca de 60% do total (safra 2009), mas o crescimento da produção e da produtividade ocorre, sobretudo, no Nordeste, onde a área plantada aumentou 125% e a produção cresceu cerca de 900%. O fumo tem feito o caminho inverso do algodão, com a diminuição da área plantada nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e aumento na região Sul, onde a produção e a área plantada cresceram cerca de 50% entre 1999 e 2009. O estado do Rio Grande do Sul produz sozinho mais da metade do total nacional.

Dentre as culturas permanentes, o café e a laranja, ao contrário da maioria das *commodities* agrícolas, tiveram uma redução da área e da quantidade produzida ao longo da década de 2000. A diminuição se deve à queda dos preços internacionais, decorrente da redução do consumo, levando à reconversão produtiva de algumas regiões.

O café, que até a década de 1960, era o principal produto de exportação brasileiro, responsável por gerar as divisas necessárias para a efetivação da política de "substituição de importações", vem sofrendo, desde a década de 1990, uma reestruturação. Há uma tendência de redução de sua área plantada em tradicionais estados produtores como São Paulo e Paraná e de estabilização em outros como Espírito Santo e Minas Gerais, enquanto se expande em algumas áreas de fronteira agrícola. Este é o caso do Oeste da Bahia, onde se pratica uma cafeicultura empresarial, irrigada e totalmente mecanizada, desde os tratamentos culturais até a colheita, o que confere uma produtividade média superior ao dobro das demais regiões produtoras. O que se observa em algumas regiões produtoras tradicionais como o Sul de Minas e a Alta Mogiana/SP é uma tendência de reconversão produtiva, principalmente, pela cana, o que vem acarretando uma série de conflitos e problemas tanto no campo quanto nas cidades.

A laranja, assim como o café, é outra cultura permanente de exportação que sofreu uma redução da área (-22%) e da quantidade produzida (-85%), na última década. A queda acentuada da produção se deve à doença *greening*, que obrigou a eliminação de árvores, associada aos baixos preços praticados no mercado internacional. No estado de São Paulo, maior produtor nacional, a diminuição da área plantada de laranja foi de 27%, no mesmo período. Assim como o café, também está havendo uma reconversão produtiva da laranja pela cana. Aquela tem se deslocado para novas áreas produtoras como o oeste do estado do Paraná.

Como observado, cada *commodity* agrícola possui suas singularidades, conformando regiões produtivas próprias. Estas decorrem da relação entre uma *lógica global*, que se impõe como verticalidades - através das oscilações dos preços internacionais (decorrente, sobretudo, das especulações dos investidores financeiros), das normas do comércio internacional (protecionismos, subsídios, acordos bi e multilaterais), da ação de grandes corporações e da intermediação do Estado nacional -, com uma *lógica local*, que se constrói através de uma relação híbrida entre os eventos externos e internos, as ações e a materialidade (SANTOS, 1996). As heranças, consubstanciadas nos vestígios materiais (intencionais ou não) e sociais (culturais, políticos, econômicos, jurídicos), presentes em cada região, também se constituem como uma inegável condicionante para a realização da produção. Dessa sobreposição e contradição entre eventos internos e externos, novos e antigos, resulta a

conformação de regiões estagnadas, em expansão ou em vias de reconversão produtiva, assim como num maior ou menor peso, que a atividade agropecuária dominante tem na vida de relações econômicas e sociopolíticas de cada região.

Numa tentativa de entender melhor as expressões territoriais do atual período da globalização e as diferentes formas de compartimentação do espaço geográfico, Castillo (2008a) propõe denominar as regiões, resultantes da exacerbação da especialização regional produtiva, atrelada às demandas dos mercados internacionais, de *regiões competitivas*. Ao termo *região produtiva* usado por Santos (1985), para designar o surgimento de regiões funcionais ao mercado mundial e afirmar a sua prevalência enquanto categoria significativa de explicação da realidade, se sobrepõe a ideia de *região competitiva*, com o intuito de apreender melhor os atuais parâmetros produtivos hegemônicos e o ideário dominante, pautado principalmente na competitividade.

## AS REGIÕES COMPETITIVAS AGRÍCOLAS NO TERRITÓRIO BRASILEIRO

A modernização e a expansão da produção agrícola no território brasileiro têm levado à constituição de regiões competitivas, especializadas na produção de determinadas *commodities* agrícolas, que passam a atrair investimentos públicos e privados e a reunir uma série de fatores produtivos que conferem maior eficiência produtiva e integração competitiva desses produtos e regiões aos mercados internacionais.

A ideia de região competitiva vincula-se ao processo conjunto de "globalização e fragmentação, isto é, de individualização e regionalização" (SANTOS, 1999, p.16), que ocorre de forma paralela e contraditória. No presente, a exacerbação da especialização regional produtiva caracteriza um tipo de região funcional aos mercados internacionais (SANTOS, 1997), que reúne uma grande densidade técnica e normativa que lhe confere graus diferenciados de competitividade para determinados produtos e agentes. Para Castillo (2008a), trata-se da expressão geográfica da produção no atual período da globalização.

Para melhor compreender a ideia de região competitiva, demonstrando sua pertinência, coerência e operacionalidade (SILVEIRA, 2000) como instrumento de análise de importantes eventos do atual período, é necessário fazer algumas ressalvas para dirimir dúvidas, ambigüidades e compreensões equivocadas. Dentre as ressalvas, destacamos que: a) as regiões competitivas coexistem, se articulam e se sobrepõem a outros tipos de região; b) a ideia possui uma filiação na teoria social crítica e deriva de uma determinada compreensão de espaço geográfico; c) a ideia não tem como objetivo dar sustentação aos ideários da competitividade e do desenvolvimento local, propalados na academia e colocados em prática por gestores públicos e empresas; d) as regiões competitivas são verdadeiros "espaços luminosos" (SANTOS E SILVEIRA, 2001), que se opõem ao restante da formação socioespacial; e) seus limites são constantemente mutáveis, decorrentes da relação contraditória entre o "tamanho do acontecer" e as "rugosidades" (SILVEIRA, 2003); f) o objetivo é apreender a região enquanto *fato*, e não como *ferramenta*, nos termos utilizados por Ribeiro (2006).

Para Côrrea (1987), o termo região está ligado fundamentalmente à ideia de que a superfície terrestre é constituída por áreas diferentes entre si, as diversas formas de compartimentação da região, sejam elas de cunho natural, histórico-cultural, administrativo ou econômico, são constantemente recriadas, coexistem, se sobrepõem e se articulam a cada momento da divisão territorial do trabalho. Ribeiro (2004) e Côrrea (1987) concordam que existem diferentes maneiras de se regionalizar, e que todas elas são meios para se conhecer a realidade, de acordo com os objetivos e ações pretendidas. Nesta perspectiva afirmamos apoiado em Santos (1985), que a região não desapareceu, o que temos que fazer é guardar a ideia e redefini-la à luz do presente. No atual período há uma tendência de

substituição da ideia de região pela de rede, como se o desenvolvimento da última aniquilasse a primeira, como se fosse impossível pensar um fenômeno regional decorrente, justamente, da difusão espacial das redes. Existem concepções que afirmam que a região só persiste no imaginário popular, pois elas foram substituídas por outras formas de organização do espaço expressas pelos "eixos" e "vetores" de desenvolvimento.

O que queremos demonstrar é que as regiões competitivas derivam exatamente da integração reticular de determinadas áreas do território aos mercados internacionais. A modernização e difusão das redes, ao mesmo tempo em que elimina a antiga noção de região, definida pela duração de seus limites, recria um novo tipo de região, funcional aos mercados internacionais. A essa região coexistem outros tipos, como as regiões históricas, cujos laços identitários não só persistem, como são reconstruídos constantemente (HAESBAERT, 1996), e as regiões administrativas, de planejamento, que ao estabelecer normas específicas, autorizam uma determinada organização e um conseqüente uso do território.

O espaço geográfico pode ser compreendido como sugere Santos (1996) como um híbrido (LATOURET, 1994) de materialidades (naturais e construídas historicamente) e normas (políticas, econômicas, jurídicas, culturais), que conferem a ele um "papel ativo", condicionante, dos projetos e das ações que por diferentes vias, e atendendo a diferentes interesses, se materializam. Longe estamos de um determinismo geográfico, trata-se apenas de mais um condicionante, juntamente com outras instâncias sociais como a cultura, a economia, a política e o jurídico. Da ideia de espaço geográfico derivam-se alguns compartimentos que permitem a análise das situações concretas, ao mesmo tempo, em que são delas derivados, como a região, o território, o lugar e a paisagem.

No caso da região, a reunião de densidades técnicas e normativas, funcionais aos atuais parâmetros produtivos, decorrentes do regime de acumulação flexível (BENKO, 1996; HARVEY, 1992), lhe confere uma eficiência produtiva, nos autorizando a denominá-la de competitiva. O objetivo não é fortalecer o ideário da competitividade derivado da lógica empresarial e incorporado pelo discurso acadêmico e pelos gestores públicos, mas sim apreender a manifestação concreta de um determinado fenômeno espacial. Ao contrário do discurso ufanista da competitividade alegamos que a exacerbação da especialização produtiva de algumas regiões em *commodities* agrícolas promove, na verdade, uma vulnerabilidade social, econômica e territorial, decorrente da falta de poder local sobre a regulação da produção.

A conformação de regiões competitivas induz à fragmentação e à desintegração do território brasileiro. A fragmentação diz respeito ao predomínio de vínculos externos, em detrimento de relações com os espaços adjacentes, criando um cotidiano obediente a parâmetros externos da economia e da política. A desintegração decorre da relação desigual e do privilégio conferido a determinadas regiões pelos investimentos estatais e privados, provocando o que Araújo (2000) denominou de "desintegração competitiva". Ao atrair investimentos para se inserirem de forma competitiva nos mercados internacionais, essas regiões acabam por "fragmentar" o seu entorno e "desintegrar" o restante do território, configurando-se como "ilhas de eficiência produtiva".

Com relação aos limites das regiões, longe estamos da concepção clássica de região na qual eles eram fixos, duradouros. Para Silveira (2003), a submissão a uma visão geométrica da geografia e do espaço é que pretende definir a região a partir de seus limites. Dentro desta concepção, mudando-se os limites acabaria a região. Para a autora (SILVEIRA, 2003, p. 410), "a cada novidade da história, a extensão e os limites do fenômeno regional mudam". O limite da região é definido pelo tamanho do acontecer, pela extensão do fenômeno. Mas este não se realiza sobre um espaço liso, inerte, ao contrário, se manifesta sobre uma base híbrida (sócio-material), que também contribui para sua existência. Para Silveira (1999, p.109), a escala seria o resultado da relação entre a ação, geradora de conflitos e contradições, e a ação materializada, as rugosidades (SANTOS, 1996), que impõe resistências à

mudança. Dentro dessa perspectiva, nosso objetivo é apreender a região enquanto *fato* (RIBEIRO, 2004), existência, e não como *ferramenta* de planejamento e intervenção, como os decantados arranjos produtivos locais, *clusters*, novos distritos industriais, que também se pautam na lógica da competitividade, mas atribuindo outro caráter e objetivo ao termo.

Dentre as principais características das regiões competitivas agrícolas no território brasileiro destacam-se: a) a presença de uma ou mais culturas agrícolas hegemônicas, que atraem investimentos públicos e privados, e destinam-se principalmente à exportação; b) a existência de uma logística (CASTILLO, 2007; 2008a) eficiente de produção (circulação), ou em vias de implantação; c) a presença de cidades funcionais ao campo moderno (SANTOS, 1993; ELIAS, 2007), responsáveis principalmente pelo consumo produtivo; d) a ação de grandes corporações nacionais e/ou internacionais responsáveis pelo processamento, comércio, transporte, financiamento e fornecimento dos insumos químicos, biológicos e mecânicos.

Muitas são as pesquisas feitas sobre as especializações agrícolas do território brasileiro, permitindo a identificação *a priori* de algumas regiões competitivas, como pode ser verificado, apenas para destacar algumas análises, no caso: das regiões sojícolas nas áreas de fronteira agrícola moderna estudadas por Bernardes et al. (2005; 2009a; 2009b), por Giordano (1999), no Sul do Maranhão e Oeste da Bahia, inclusive utilizando-se do termo "regiões competitivas", por Frederico (2010) e Castillo (2005; 2007; 2008b) e por Lemos (2007), mais especificamente na região do Gurguéia no Piauí; das regiões da cana-de-açúcar e da laranja estudadas por Elias (2003), na região de Ribeirão Preto (SP), e mais recentemente da produção de frutas tropicais no Vale do Açu no Rio Grande do Norte (ELIAS; PEQUENO, 2010); da região da fruticultura irrigada no Vale do São Francisco analisada por Ramos (2001); e da região do fumo no Rio Grande do Sul analisada por Silveira (2005).

Exemplos da crescente especialização produtiva agrícola não se restringem apenas ao território brasileiro, eles são emblemáticos também em outros países latino-americanos como demonstram Graziano da Silva et al. (2010) e Silveira (1999; 2008). É o imperativo das exportações, decorrente da lógica financeira e das "vantagens comparativas", se expressando territorialmente nas diversas formações socioespaciais.

A análise feita por Graziano da Silva et al. (2010) mostra o significativo crescimento da produção agropecuária na última década, denominado de "Boom agrícola", em diversos países latino-americanos. Os autores destacam que o crescimento se concentra em algumas regiões, em determinados produtos e vinculados a grandes produtores que têm acesso aos mercados internacionais como o caso: da produção de frutas, hortaliças e sementes na Zona Central do Chile; da soja nos pampas, caminhando em direção ao norte do território argentino; dos produtos lácteos na região do Atlântico Sul e Centro da Nicarágua; das hortaliças e da cana-de-açúcar na região central e do café no altiplano da Guatemala; das hortaliças e frutas na região Noroeste do México e na região costeira do Peru.

Estas regiões se especializam e ao mesmo tempo passam a manter relações cada vez mais intensas dentro de circuitos espaciais produtivos agrícolas que extrapolam seus próprios países. Mais do que meras *regiões produtivas*, esses são exemplos de *regiões competitivas*, uma vez que conseguem se inserir de maneira eficiente nos mercados internacionais. São regiões que detêm parte significativa do controle técnico da produção ao mesmo tempo em que a regulação política lhes escapa (CASTILLO, 2008a). Vetores externos é que determinam os preços das mercadorias, os custos de produção, as inovações tecnológicas, as novas técnicas de manejo, a qualidade e a padronização dos produtos, criando novos arranjos produtivos que excluem a maioria dos produtores e que se restringem a poucos produtos de exportação. Como ressaltado anteriormente, essas regiões constituem-se em fator de fragmentação territorial, na medida em que se isolam de seu entorno imediato e recebem investimentos públicos e privados em detrimento das áreas adjacentes e do conjunto do território nacional, conformando ilhas de competitividade (ARAÚJO, 2000).

## REGIÕES COMPETITIVAS E PLANEJAMENTO TERRITORIAL

O planejamento territorial brasileiro sofreu grandes mudanças nas últimas décadas. Segundo Vainer (2007), esse passou por uma crescente “desconstituição” política (desaparecimento da questão regional) e operacional (desmontagem dos aparatos institucionais), que começou nas décadas de 1960/70, com a integração subordinada e dependente da economia e do território nacional à economia internacional, e se agravou com a crise da década de 1980 e a adesão, ainda que parcial, ao Consenso de Washington. Para o autor, os “grandes projetos de investimentos (GPIs)”, planejados e implementados pelo Estado nas décadas de 1960/70 foram responsáveis por conformar um território integrado e profundamente desigual.

Com a globalização, que se materializa efetivamente na formação socioespacial brasileira a partir da década de 1990, a situação descrita anteriormente se agrava, com a articulação ainda maior de frações do território nacional ao mercado internacional e um consequente aprofundamento de sua fragmentação. No atual período, estreitam-se ainda mais os “pactos territoriais” (SANTOS, 1987; SILVEIRA, 2008) entre o Estado e alguns agentes privilegiados do mercado, com o objetivo de transformar o território nacional “num espaço nacional da economia internacional [...] [onde] os sistemas de engenharia difundidos pelo território são mais bem utilizados pelas empresas do que pela sociedade local” (SANTOS, 1996, p.244). Para Vainer (2007, p.11), as privatizações das empresas estatais responsáveis pelo planejamento e pelas infraestruturas tiveram como consequência a “privatização dos processos de planejamento e controle territorial que são intrínsecos aos grandes projetos”.

Os macro-sistemas técnicos implantados no território pelo Estado em cooperação com as grandes empresas são ainda mais performantes, especializados, concretos, nas palavras de Simondon (1958). Possuem um grande conteúdo em capital, tecnologia e informação, servindo a interesses exclusivos, objetivos precisos, em detrimento das carências e usos múltiplos requeridos pela sociedade local. Conformam-se “territórios corporativos” (SILVEIRA, 2008), espaços regulados, organizados e usados de forma privilegiada pelos principais agentes da economia, onde se reproduz uma divisão territorial do trabalho hegemônica, cuja *região competitiva* é uma de suas expressões mais acabadas.

A atuação do Estado é fundamental para o uso e a organização do território. A análise das políticas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por exemplo, revela a cooperação entre Estado e grandes empresas, sobretudo, no que diz respeito à produção e exportação de *commodities*. Para Pinto (2008), o BNDES foi um dos principais colaboradores para a liberalização da economia e para a inserção competitiva, via exportação de *commodities*, da economia brasileira à globalização. Segundo o autor, o banco estatal capitaneou as privatizações e tem destinado um percentual crescente de seus investimentos em setores intensivos em natureza.

Tautz et al. (2010) demonstram que entre 2003 e 2009, o BNDES se tornou o principal “Banco de desenvolvimento” a atuar no Brasil, superando os investimentos realizados pelo BID e pelo Banco Mundial, com o aumento de seus desembolsos de R\$ 35,1 para R\$ 137,4 bilhões. Segundo os autores, a quase totalidade dos investimentos realizados neste período foi direcionada para setores intensivos em natureza como mineração e siderurgia, etanol, papel e celulose, petróleo e gás, hidroelétrico e agropecuário, com a concentração dos recursos nas regiões Sudeste e Sul (84,8% do investimento total), e em grandes empresas (82,5%). O Banco estatal coopera com as corporações construtoras de infraestruturas e produtoras e exportadoras de *commodities* através do financiamento de grande parte de suas ações via empréstimos e/ou participação acionária (BNDESpar).

Os grandes investimentos realizados pelo Estado possuem, segundo Vainer (2007, p. 11), um grande potencial de “decompor e compor regiões”. O privilégio conferido à política de exportação de *commodities* tem fortalecido e aumentado o número de regiões competi-

tivas, que se articulam, coexistem, mas também destroem outros tipos de região. É a “lógica das redes” se sobrepondo à “lógica dos territórios”, como afirma Castillo (2008a). Para o autor, os territórios são considerados “irracionais” pelo Estado e agentes hegemônicos da economia, devido à precariedade das infraestruturas produtivas e de circulação. Como solução aos chamados “gargalos logísticos” são realizados grandes investimentos em infraestruturas para viabilizar e aumentar a fluidez territorial. Ao imperativo da exportação se associa o imperativo da circulação, que articula áreas privilegiadas do território, tornando-as mais competitivas, mas fragmentando o todo. Como afirma Furtado (1992, p.32):

a partir do momento em que o motor do crescimento deixa de ser a formação do mercado interno para ser a integração com a economia internacional, os efeitos de sinergia gerados pela interdependência das distintas regiões do país desaparecem, enfraquecendo consideravelmente os vínculos de solidariedade entre elas.

Para Ricupero (2000), a integração externa não é necessariamente sinônimo de desintegração interna, a questão é a forma como nos inserimos na divisão internacional do trabalho. Ao privilegiarmos a exportação de *commodities*, tanto a sociedade quanto o território se tornam ainda mais subordinados aos ditames das grandes empresas e vulneráveis às oscilações de preços e às especulações financeiras. Ao se realizar grandes projetos de investimentos (rodovias, ferrovias, hidrovias, silos, portos, usinas hidrelétricas) é imprescindível que se considere os diversos usos que esses sistemas técnicos podem oferecer à sociedade brasileira.

O traçado, a distribuição, a extensão e a localização destes objetos devem primar, como assevera Araújo (2000), pela complementaridade produtiva do território brasileiro e não pela sua fragmentação, acolhendo projetos de longo prazo e que incluam uma multiplicidade de usos. Esta orientação difere dos atuais projetos criados para viabilizar a fluidez de *commodities*, que possuem caráter imediatista, vinculado ao interesse das empresas, e monofuncional, pois restrito a um único tipo de produto.

Como já advertia Caio Prado Jr. (1967), tais empreendimentos só reforçam nosso “sistema colonial”, que limita o verdadeiro desenvolvimento e aumenta nossas deficiências econômicas. A predominância da lógica das empresas sobre o planejamento e a organização do território somente acentua as desigualdades sociais e territoriais, comprometendo, desde já, o futuro da nação.

Ao invés de regiões competitivas, o território brasileiro carece de “regiões cooperativas”, que valorizem a diversidade econômica, cultural e geográfica do país e que primem pela complementaridade produtiva regional (ARAÚJO, 2000) e pelo maior dinamismo do mercado interno (FURTADO, 1992), fatores imprescindíveis para uma sociedade e um território mais igualitário e uma maior autonomia do país perante as sucessivas crises da economia mundial.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, T. B. Dinâmica regional brasileira nos anos noventa: rumo à desintegração competitiva. In: CASTRO, I. E. et al. (Org.). **Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. Cap. 4, p. 73-89.

ARROYO, M. **Território nacional e mercado externo: uma leitura do Brasil na virada do século XX**. 2001. 250 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ARROYO, M. Fluidez e porosidade do território brasileiro no contexto da integração continental. In: SILVEIRA, M.L. (Org.). **Continente em chamas**: globalização e território na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Cap. 7, p. 211-242.

ARROYO, M. A vulnerabilidade dos territórios nacionais latino-americanos: o papel das finanças. In: LEMOS, A.I.G.de; SILVEIRA, M.L.; ARROYO, M. (Org.). **Questões territoriais na América Latina**. São Paulo: Clacso, 2006. Cap. 12, p. 177-190.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996. 266 p.

BERNARDES, J.A.; FREIRE FILHO, O.L. **Geografias da soja – BR 163**: fronteiras em mutação. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005. 175p.

BERNARDES, J.A.; BRANDÃO FILHO, J.B. **Geografias da soja II**: a territorialidade do capital. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2009. 175p.

BERNARDES, J.A.; ARRUZZO, R.C. **Geografias da soja III**: novas fronteiras da técnica no Vale do Araguaia. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2009. 144p.

CASTILLO, R. Exportar alimentos é a saída para o Brasil? O caso do complexo soja. In: ALBUQUERQUE, E. S. (Org.). **Que país é esse?** Pensando o Brasil contemporâneo. São Paulo: Ed. Globo, 2005. Cap. 8, p. 283-306.

CASTILLO, R. Redes de transporte e uso agrícola do território brasileiro: investimentos públicos e prioridades corporativas. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 14, Rio Branco, 2006. **Anais...** Rio Branco: AGB, 2006.

CASTILLO, R. Logística e consolidação de fronteiras agrícolas no território brasileiro. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 11, Bogotá, 2007. **Anais...** Bogotá D.C., Colômbia, 2007.

CASTILLO, R. Região competitiva e logística: expressões geográficas da produção e da circulação no período atual. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 4, 2008, Santa Cruz do Sul RS. **Anais...** Santa Cruz do Sul RS : Unisc, 2008a.

CASTILLO, R. Sustentabilidade, globalização e desenvolvimento. In: OLIVEIRA, M. P. et al. (Org.). **O Brasil, a América Latina e o mundo**: espacialidades contemporâneas. Rio de Janeiro: Anpege / Clacso / Faperj / Lamparina, 2008b. Cap. 23, p. 401-410.

CASTILLO, R.; FREDERICO, S. Dinâmica regional e globalização: espaços competitivos agrícolas no território brasileiro. **Mercator**, Fortaleza, CE, v. 9, n. 18, 2010. p. 17-26.

CORREA, R. L. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1987. 93 p.

ELIAS, Denise. **Globalização e agricultura**: a região de Ribeirão Preto – SP. São Paulo: Edusp, 2003. 400 p.

ELIAS, Denise. O meio técnico-científico-informacional e a reorganização do espaço agrário nacional. In: MARAFON, G. J. et al. (Org.). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2007. Cap. 4. p. 49-66.

ELIAS, D.; PEQUENO, R. Mossoró: o novo espaço da produção globalizada e aprofundamento das desigualdades socioespaciais. In: SPOSITO, M.E.B.; ELIAS, D.; SOARES, B.R. (Org.) **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional**: Passo Fundo e Mossoró. São Paulo: Expressão Popular, 2010. Cap. 1, p.22-60.

FREDERICO, S. **O novo tempo do cerrado**: expansão dos fronts agrícolas e o controle do sistema de armazenamento de grãos. São Paulo: Annablume, 2010. 259 p.

FURTADO, C. **Brasil**: a construção interrompida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 87 p.

GIORDANO, S. R. **Competitividade regional e globalização**: o agronegócio da soja brasileira nos anos 90. Campinas, SP: Akadêmica Editora, 2005. 175p.

GRAZIANO DA SILVA, J.; GOMÉZ, S.; CASTAÑEDA, R. "Boom" agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas reflexões. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 13, n. 16, p. 7-21, jan.-jun., 2010.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992. 349 p.

HAESBAERT, R. Gaúchos e baianos no novo nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades regionais. In: Castro, I.E.; CORREA, R.L.; GOMES, P.C.. (Org.). **Brasil**: questões atuais sobre a organização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. Cap. 10, p. 362-403.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994. 152 p.

LEMOS, V.E. **Mobilização e modernização nos cerrados piauienses**: formação territorial no império do agronegócio. 2007. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PINTO, J. R. L. BNDES: o reforço à dinâmica dos negócios. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, outubro de 2008, p. 20.

RAMOS, S. F. **Uso do território brasileiro e sistemas técnicos agrícolas**: a fruticultura irrigada em Petrolina (PE) / Juazeiro (BA). 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

RICUPERO, R. Integração externa, sinônimo de desintegração interna? **Estudos Avançados**, São Paulo, v.14, n. 40, p. 13-22, 2000.

RIBEIRO, A.C.T. Regionalização: fato e ferramenta. In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (Org.). **Brasil, século XXI** – por uma nova regionalização?: Agentes, processos e escalas. São Paulo: Max Limonad, 2004. Cap. 14, p. 194-212.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001. 473 p.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como categoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, p. 81-100, 1977.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985. 88 p.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987. 142 p.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1993. 147 p.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996. 308 p.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1997. 124 p.

SANTOS, M. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. **Território, Rio de Janeiro**, n.6, p. 5-20, 1999.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000. 174 p.

SILVEIRA, R. L. L. Complexo agroindustrial, rede e território. In: R. L. L. Silveira; L. Dias. (Org.). **Redes, sociedades e território**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. 215-255 p.

SILVEIRA, M. L. Imperio de la escala, escala del imperio. **Revista Universitaria de Geografía**, Bahía Blanca, v. 8, n. 1 e 2, 1999, p. 105-113.

SILVEIRA, M. L. **Um país, uma região**: fim de século e modernidades na Argentina. São Paulo: FAPESP/LABOPLAN-USP. 1999. 486 p.

SILVEIRA, M. L. Por um conteúdo da reflexão epistemológica da geografia. In: SOUZA, A.J. de; SOUZA, E.B.C. de; MAGNONI JÚNIOR, L. (Org.). **Paisagem território região**: em busca da identidade. Cascavel/PR: EDUNIOESTE, 2000. Cap. 1, p. 21-28.

SILVEIRA, M. L. A região e a invenção da viabilidade do território. In: SOUZA, M.A. de. **Território brasileiro**: usos e abusos. Campinas, SP: Edições Territorial, 2003. Cap. 24. p. 408-416.

SILVEIRA, M. L. América Latina: por uma pluralidade de pactos territoriais. In: OLIVEIRA, M. P.; COELHO, M. C. N. e CORRÊA, A. de M. (Org.). **O Brasil, a América Latina e o Mundo**: espacialidades contemporâneas. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008. Cap. 7, p. 123-141.

TAUTZ, C. et al. O BNDES e a reorganização do capitalismo brasileiro: um debate necessário. In: Vários autores. **Os anos Lula**: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, Cap. 10, p. 249- 286.

VAINER, C. Fragmentação e projeto nacional: desafios para o planejamento territorial. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 12, Belém, 2007. **Anais...** Belém: ANPUR, 2007.

Recebido em março de 2011

Aceito em junho de 2011